

RESOLVE:

**Art. 1º** - Ficar alterada a minuta-padrão de contrato de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, na forma abaixo:

I - as seguintes disposições passam a vigorar com a seguinte redação:

“2.6 ...  
NOTAS EXPLICATIVAS:

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

4.1 ...

4.1.2 Comprovação pelo contratado da capacidade técnica do subcontratado, em relação à parcela subcontratada, se exigida do licitante; e

9.1.21 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto na legislação vigente, manter Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.1.21.1 Caso o CONTRATADO ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da legislação vigente.

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.1 O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a ..... % (..... por cento) de seu valor inicial<OU>anual.

NOTAS EXPLICATIVAS:

Em se tratando de prestação de serviços por escopo, a base de cálculo da garantia será o valor inicial atualizado do Contrato. Por outro lado, nos casos de prestação de serviços contínuos, a base de cálculo da garantia será o valor anual do Contrato, na forma do art. 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

15.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 105 ou 106, II, da Lei nº 14.133/2021”.

II - inclusão das seguintes disposições:

“9.1.17.2 No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimento do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item 9.1.17.1.

9.1.21.1 .....

NOTA EXPLICATIVA:

O art. 24, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para fornecimento e serviços de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato. Assim, recomenda-se que, na hipótese de fornecimento de bens e prestação de serviços de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 9.1.21.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 24, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2 .....

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total”.

III - alteração das menções a FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO para CONTRATADO nos itens 12.1, 12.2, 12.2.2.3, 12.3, 12.7, 12.7.1, 12.7.2, 12.11, 12.11.1 e 12.13 da cláusula décima segunda da minuta.

**Art. 2º** - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Portaria deverão ser formalmente encaminhados à esta Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.

**Art. 3º** - A presente Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2024

**DENIS M. M. MARTINS**

Procurador-Chefe da Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15)

Id: 2592760

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
COORDENADORIA DO SISTEMA JURÍDICO (PG-15)**

**ATO DO PROCURADOR-CHEFE**

**PORTARIA PGE/PG-15 Nº 4 DE 06 DE SETEMBRO DE 2024**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA MINUTA-PADRÃO  
DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO  
DE OBRA, NA FORMA QUE MENCIONA.**

**O PROCURADOR-CHEFE DA COORDENADORIA DO SISTEMA JURÍDICO (PG-15) DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da delegação de competência exarada pelo Exmo. Procurador-Geral do Estado na Resolução PGE nº 4.516, de 20 de fevereiro de 2020, alterada pela Resolução PGE nº 5.042, de 30 de janeiro de 2024, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-140001/054275/2023, e

CONSIDERANDO:

- caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176);  
- que a elaboração de minutas-padrão não exime os órgãos de consultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414, de 19 de março de 2009 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007; e  
- a necessidade de periódica atualização das minutas-padrão.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Ficar alterada a minuta-padrão de contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra aprovada pela Resolução PGE nº 5.030, de 04 de janeiro de 2024, na forma abaixo:  
I - as seguintes disposições passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.1 ...

4.1.2 Comprovação pelo contratado da capacidade técnica do subcontratado, em relação à parcela subcontratada, se exigida do licitante; e

9.1.17.2 Comprovar a reserva de cargos, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.35 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto na legislação vigente, manter Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.1.35.1 Caso o CONTRATADO ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da legislação vigente.

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa”.

II - inclusão das seguintes disposições:

“ 2.2.1 ...

g) comprovação da manutenção da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, tais como para mulheres vítimas de violência doméstica, na forma do item 9.1.36.

9.1.17.3 No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimento do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item 9.1.17.2.

9.1.35.1 ...

NOTA EXPLICATIVA:

O art. 24, §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade para fornecimento e serviços de grande vulto, no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato. Atualmente, a Lei estadual nº 7.753/2017 estabelece a necessidade de Programa de Integridade a ser implantado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato.

Assim, recomenda-se que, na hipótese de fornecimento de bens e prestação de serviços de grande vulto, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no subitem 9.1.35.1 seja substituído por 6 (seis) meses, de modo a seguir o critério previsto no art. 24, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.36 Na forma do Decreto estadual nº 49.233, de 06 de agosto de 2024, caso haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no Contrato, o CONTRATADO se obriga a destinar no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

9.1.36.1 O percentual de reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar deverá ser mantido durante toda a execução contratual, devendo o CONTRATADO providenciar nova seleção de pessoal sempre que necessário.

9.1.36.2 Em caso de dispensa de mulher vítima de violência, o CONTRATADO deverá comunicar ao fiscal do Contrato em até 5 (cinco) dias corridos.

9.1.36.3 Após a dispensa ou outro fato que impeça o cumprimento do percentual da contratação de mulher vítima de violência doméstica e familiar, o CONTRATADO deverá, em até 30 (trinta) dias corridos, providenciar o preenchimento da vaga em aberto para fins de regularização.

9.1.36.4 A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento ao percentual de reserva de vagas, desde que devidamente justificado e comprovado pelo CONTRATADO.

11.2 .....

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total”.

III - alteração das menções a FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO para CONTRATADO nos itens 12.1, 12.2, 12.2.2.3, 12.3, 12.7, 12.7.1, 12.7.2, 12.11, 12.11.1 e 12.13 da cláusula décima segunda da minuta.

**Art. 2º** - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Portaria deverão ser formalmente encaminhados a esta Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.

**Art. 3º** - A presente Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2024

**DENIS M. M. MARTINS**

Procurador-Chefe da Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15)

Id: 2592767

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL  
DE 09.09.2024**

**PROCESSO Nº SEI-140001/050954/2023** - Considerando-se os descumprimentos apurados e a regularidade do procedimento sancionatório, **APLICO** à contratada (SOLAR SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI - CNPJ nº 08.598.571/0001-81) a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro pelo período de 1 (um) ano, nos termos do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 e da Cláusula Décima Terceira, Parágrafos Segundo, alínea 'c', e Oitavo, alínea 'c', do Contrato PGE-RJ nº 28/2020.

Id: 2592893

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
DIRETORIA DE GESTÃO**

**DESPACHO DA ASSESSORIA ESPECIAL  
DE 09.09.2024**

**PROCESSO Nº SEI-140001/025053/2024** - Diante dos elementos constantes do processo administrativo e com arrimo no artigo 1º, VII da Resolução PGE nº 4563/2020, **APLICO** à Contratada (SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 23.475.070/0001-00) a pena de ADVERTÊNCIA, com fundamento na Cláusula Décima Terceira, Parágrafo Segundo, alínea "a" e Parágrafo Sexto do Contrato PGE-RJ nº 31/2023 e nos termos do artigo 87, I, da Lei nº 8.666/93.

Id: 2592875

## AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

### Secretaria de Estado da Casa Civil

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**EXTRATO DE TERMO**

**INSTRUMENTO:** Termo de Credenciamento SECC nº 66/2024.

**PARTES:** SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA FAETEC - SINDPEFAETEC.

**OBJETO:** Aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro, ex-participantes e beneficiários da PREVI-BANERJ, de produtos e serviços cujo objeto será proceder descontos referentes à operação de mensalidade, con-

forme o disposto previsto no inciso VIII do art. 4º do Decreto nº 45.563/2016 e, alterações.

**DATA DA ASSINATURA:** 22/08/2024.

**PRAZO:** 22/08/2024 a 22/08/2025.

**FUNDAMENTO:** Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, em especial o Decreto nº 45.563/16 e suas alterações e a Resolução SECCG nº 19/19.

**PROCESSO Nº SEI-150001/009666/2024.**

Id: 2592808

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**EXTRATO DE TERMO**

**INSTRUMENTO:** Termo de Apostilamento ao Contrato nº 018/2020.

**PARTES:** A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E PLURAL SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI.

**OBJETO:** Prestação de serviços de limpeza, desinfecção, higienização e conservação predial, com fornecimento de material e disponibilização de equipamentos, nas edificações do lote 1 - palácios Guanabara e Laranjeiras.

**VALOR:** Fundamentado na nova Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, que alterou o valor mensal do Contrato SECC nº 018/2020 será repactuado em R\$ 5.689,39 (cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). Sendo assim, o novo valor do m² praticado será de:

- Área Tombada: R\$ 9,13 (nove reais e treze centavos);

- Área Interna: R\$ 6,09 (seis reais e nove centavos); e

- Área Externa: R\$ 2,51 (dois reais e cinquenta e um centavos).

**INÍCIO DA VIGÊNCIA:** 01/03/2024.

**DATA DE ASSINATURA:** 09/09/2024.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93

**PROCESSO Nº SEI-120001/000237/2021.**

Id: 2592769

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**EXTRATO DE TERMO**

**INSTRUMENTO:** Termo de Apostilamento ao Contrato SECC nº 035/2022, relativo ao reajuste de preços previsto na Cláusula Nona, Parágrafo Oitavo.

**PARTES:** A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E SERIAL SISTEMAS LIMITADA.

**OBJETO:** Prestação contínua de serviços comuns de engenharia, em manutenção preditiva / preventiva e corretiva, em sistemas de detecção de incêndio, especificados no Anexo H ao edital, com fornecimento de insumos/peças/materiais, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Casa Civil, em suas Unidades localizadas no Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, na forma do detalhamento no Termo de Referência, anexo a este instrumento contratual.

**ÍNDICE APLICADO:** IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

**INÍCIO DA APLICAÇÃO PERCENTUAL:** 25/07/2024.

**PERCENTUAL DE REAJUSTE UTILIZADO:** 4,227580%

**VALOR MENSAL REAJUSTADO:** O valor mensal do Contrato SECC nº 035/2022 passa de R\$ 6.546,43 (seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos) para R\$ 6.823,18 (seis mil, oitocentos e vinte e três reais e dezoito centavos) e o ressarcimento de peças no percentual de 40% sobre o valor global passa de R\$ 2.618,57 (dois mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 2.729,27 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 09/09/2024

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/93.

**PROCESSO Nº SEI-150001/011724/2021.**

Id: 2593026

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

#### AVISO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Pregão CEDAE na forma Eletrônica nº 0044/2024.

**OBJETO:** Aquisição de SISTEMA DE ESPECTRÔMETRO DE MASSAS QUADRUPOLO COM PLASMA INDUTIVAMENTE ACOPLADO (ICP-MS), digestor de amostras e destilador de ácidos.

**DATA DA ETAPA DE LANCES:** 23/09/2024.

**HORÁRIO:** 11:00 horas.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitacoes.caixa.gov.br.

**PROCESSO CEDAE Nº SEI-150001/023927/2023.**

Id: 2592824

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - 6º andar/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2562-6580 ou 2562-6579 no horário de 09h as 12h e de 14h as 17h.

Id: 2592824

## Secretaria de Estado de Fazenda

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2022.

**PARTES:** O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IOERJ (CNPJ nº 14.139.773/0001-68).

**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 022/2022, relativo à prestação de serviços contínuos de contratação de solução de certificação digital para pessoa física por modelo A3 ICP-Brasil e a alteração quantitativa do Contrato, através do decréscimo de 24,2983% do valor atualizado do contrato.

**PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar de 20/09/2024.

**VALOR DO ADITIVO:** R\$ 298.350,00 (duzentos e noventa e oito mil trezentos e cinquenta reais).

**NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.40.23.

**FONTE DE RECURSOS:** 1.500.100.

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 04.126.0493.8103.

**NOTA DE EMPENHO:** 2024NE00428.

**DATA DA ASSINATURA:** 09/09/2024.

**PROCESSO Nº SEI-040227/000008/2022.**

Id: 2592736

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº 008/2024.

**PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, o estudante PEDRO AMÉRICO DE SOUZA E COSTA, e a SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ.

**OBJETO:** O presente Termo Aditivo de compromisso destina-se a prorrogar a vigência do Termo de Compromisso nº 008/2024, por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 11/09/2024, dando-se ao termo de compromisso o prazo total de 12 (doze) meses.

**PRAZO:** 06 (seis) meses, a partir de 11/09/2024.

**VALOR:** R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 04.122.0002.2016.

**NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.36.08.

**DATA DA ASSINATURA:** 10/09/2024.